



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 23/06/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



### Mais de 70% dos acordos salariais fechados neste ano superam a inflação

Os resultados das campanhas salariais deste ano têm se mostrado positivos, segundo mostra levantamento do Dieese. De um total de 4.550 acordos salariais analisados, que compreende o período de janeiro a maio, 72,2% tiveram aumento real. Ou seja, acima da variação acumulada do INPC-IBGE, índice usado como referência nas negociações sindicais.

Assim, outros 21,3% resultaram em acordos salariais com reajuste equivalente à inflação do período. E só 6,5% ficaram abaixo do INPC. Se for considerada apenas a data-base maio, 88% de 759 negociações tiveram ganho real.

“A variação real média dos reajustes de 2023 está em 0,99% acima do INPC”, informa ainda o Dieese. A média de maio é de 1,91%. Contribui para isso a redução contínua do ritmo de inflação. Há um ano, o reajuste necessário para repor perdas era de 11,9%. Agora, é de 3,74%.

Entre os setores de atividade, a indústria tem 76,6% de acordos acima do INPC. É seguida pelo setor de serviços, com 75,5%. Já o comércio mostra 52,8% de reajustes acima da inflação.

Além disso, de janeiro a maio, o valor médio dos pisos foi de R\$ 1.551,20. Varia de R\$ 1.502,17 (indústria) a R\$ 1.605,23 (comércio).

Confira aqui a íntegra do levantamento elaborado pelo Dieese, com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 23 de junho.

### Aposentadoria do INSS pode ser penhorada para pagar dívida

O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) começou a aplicar decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e tem determinado a penhora de salário e aposentadoria do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para o pagamento de dívidas.

Em abril, o Tribunal Superior decidiu que salários de qualquer valor podem ser penhorados para quitar débitos. Antes, a penhora valia apenas para renda acima de 50 salários mínimos (R\$ 66 mil atualmente).

Em ao menos três decisões às quais a Folha teve acesso os desembargadores determinaram percentuais do rendimento salarial ou da aposentadoria que podem ser penhorados, que variam entre 10% e 15%, mas podem chegar a 30% da renda.

Em um dos casos, os desembargadores confirmaram o desconto de 30% sobre a aposentadoria do trabalhador, condenado por improbidade administrativa. O entendimento foi de que a subsistência da família não seria afetada, já que o cidadão continuaria a receber 70% da renda do INSS.

Além disso, a pessoa que foi processada tinha outros empregos. Um deles como técnico de raio-X em hospital no interior do estado de São Paulo, e ainda recebia outro benefício pago pela SPPrev (São Paulo Previdência). A renda líquida do profissional oscilava entre R\$ 5.000 e R\$ 8.000 mensais, diz parte do processo.

O desembargador responsável pelo caso determinou que o INSS fosse comunicado para realizar o desconto de 30% diretamente na folha de pagamento do benefício e depositar o valor em uma conta judicial. "O desconto perdurará até o pagamento integral do débito", diz a decisão.

O advogado Antonio Nachif, especialista em resolução de conflitos do escritório Dias Carneiro Advogados, diz que o entendimento do STJ que permite a penhora não é válido apenas para os salários pagos em contratos com carteira assinada, ou seja, pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e pode ser aplicado sobre a renda de trabalho autônomo, assim como sobre as aposentadorias.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 23 de junho.

## **Analistas mantêm apostas para corte da Selic em agosto, mesmo após comunicado do BC**

Mesmo após o Copom (Comitê de Política Monetária) não ter dado sinalizações claras sobre o início da flexibilização da política monetária do Banco Central, bancos e casas de análise que apostavam em um primeiro corte da taxa básica de juros (Selic) em agosto mantiveram suas projeções.

Na última quarta-feira (21), os membros do comitê decidiram, após dois dias de reunião, manter a taxa Selic em 13,75%, argumentando que "essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante".

O comunicado que seguiu a decisão veio mais "hawkish" do que o esperado. O termo em inglês é muito utilizado pelo mercado para se referir a mensagens pessimistas por parte de autoridades monetárias.

Ainda assim, analistas encontraram contrapontos no comunicado, entendendo que a decisão da próxima reunião do Copom, que acontece em agosto, está em aberto, dependendo de novos dados econômicos e projeções do mercado.

"Quem vai cortar a taxa de juros não é mais o Banco Central, mas o Focus [boletim semanal do BC que coleta e resume as estatísticas calculadas por analistas do mercado]. A gente tem que observar se eles [analistas] vão ou não ancorar as expectativas de corte de juros na próxima reunião do Copom", diz o economista André Perfeito, nome conhecido no mercado financeiro por suas apostas na economia.

Embora tenham reforçado suas projeções sobre o início do corte da Selic, os analistas também estão cautelosos em suas projeções, tanto quanto se mostrou nesta quarta o Banco Central no comunicado do Copom.

"No geral, o Copom não sinalizou explícita ou implicitamente um corte de juros na reunião de agosto", dizem os analistas do banco americano Goldman Sachs.

"Mas ao adotar uma postura/viés mais neutro, dependente de dados, além de outras modificações ligeiramente positivas no comunicado, o Copom indiretamente mostrou que, se o cenário atual e prospectivo de inflação e os balanços de risco continuarem a melhorar (...) agosto provavelmente será um 'encontro ao vivo' para um corte de taxa", completaram.

O banco americano segue esperando que o ciclo de redução de juros comece em agosto, ainda que com cautela e esperando também a decisão do CMN (Conselho Monetário Nacional) sobre uma possível modificação da meta da inflação, no fim deste mês. Caso a redução inicial da Selic não aconteça em agosto, o Goldman Sachs aguarda ao menos uma sinalização de corte para setembro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 23 de junho.

## **Brasil pode criar até 1,5 mi de vagas formais em 2023**

A geração de vagas formais no mercado de trabalho deve continuar positiva até o fim do ano, podendo chegar à criação de 1,5 milhão de postos em 2023. A renda média dos trabalhadores, no entanto, ainda pode demandar mais tempo para aumentar.

Segundo José Pastore, professor titular aposentado da Faculdade de Economia da USP e Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), em seminário online promovido pela Folha e a FGV, a recuperação do emprego reflete a volta ao normal das atividades comprometidas durante a pandemia.

Segundo o IBGE, a geração de empregos formais vem acelerando. Nos 12 meses terminados em abril, o país criou 1,9 milhão de vagas formais, sendo 705 mil delas apenas nos quatro primeiros meses deste ano.

Barbosa Filho destaca que, nos anos de 2017 e 2018, quando o país se recuperava da forte recessão do biênio 2015-2016, a maior parte das vagas criadas eram informais. Agora, passada a pandemia, há mais força na formalização. Atualmente, 61,1% dos empregos disponíveis no Brasil são com carteira assinada.

Pastore afirma, no entanto, que cerca de dois terços dos empregos criados seguem sendo de baixa qualidade, com a maioria dos contratados tendo apenas o ensino médio.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 23 de junho.